

RENATO RAMALHO

INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

Políticas públicas,
planejamento e novos paradigmas
para o controle externo

Prefácio

MINISTRO BRUNO DANTAS

Apresentação

FERNANDO FACURY SCAFF


THOTH
EDITORA



INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

Políticas públicas,
planejamento e novos paradigmas
para o controle externo

AO QUERIDO AMIGO E MESTRE,
FERNANDO FARIAS STAFF, COM GRANDE
AMIZADE E ADMIRAÇÃO.

Paulo F. L.

12/6/25

RENATO RAMALHO

INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

Políticas públicas,
planejamento e novos paradigmas
para o controle externo

ISQUE POR
PERFIS

diversos autores
seus favoritos, para
dentro de suas
publicações.

LEITOR

voce poderá grifar
os favoritos, fazer
s e expandir a tela
melhor experiên-
de leitura.

Londrina/PR
2025


THOTH
EDITORA

342.922
R136i
Tembo 13619



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: O autor
Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2025)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ramalho, Renato.
Infraestrutura brasileira: políticas públicas, planejamento e novos paradigmas para o controle externo. / Renato Ramalho. – Londrina, PR: Thoth, 2025.

412 p.

Bibliografias: 387 - 412

ISBN: 978-65-5113-109-7

1. Direito Financeiro. 2. Direito Econômico.
3. Políticas públicas. I. Título.

CDD 341.38

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Financeiro: 341.38

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

RENATO RAMA

Doutor em Direito
de São Paulo (USP)
Indutora pela Univ
do Estado na Pro
Advogado, profes
de diferentes proje
pública, resíduos se
do Superior Tribun
do Município de P

e Catalogação na
(CIP)

eira: políticas
to e novos
ontrola externo.
- Londrina, PR:

SOBRE O AUTOR

RENATO RAMALHO

Direito Econômico.
ulo.

CDD 341.38

o sistemático
ro: 341.38

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito do Estado, Regulação e Tributação Indutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Procurador do Estado na Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco (PGE/PE). Advogado, professor e parecerista. Consultor jurídico na estruturação de diferentes projetos na área da infraestrutura (saneamento, iluminação pública, resíduos sólidos, mobilidade urbana etc). Foi Assessor de Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Procurador do Município e Secretário do Município de Porto Alegre. Email: contato@renatoramalho.org.

al ou total desta obra
dos Direitos Autorais é
610/98.

lição são reservados
litora Thoth não se
mitidas nesta obra por

APRESENTAÇÃO

Cara leitora ou leitor,

O autor desta obra é Renato Ramalho, que conheci como Procurador do Município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em um evento organizado por esse órgão naquela cidade. Chamou-me a atenção seu sotaque diferenciado para aquela região do país e soube que era pernambucano e que havia prestado concurso e assumido a vaga, tendo se graduado na Universidade Federal da Paraíba e concluído seu mestrado na Faculdade de Direito do Recife, vinculada à Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Prof. Dra. Luciana Grassano. Posteriormente, em razão de outra aprovação em concurso público, retornou ao seu rincão, agora como Procurador do Estado de Pernambuco.

Trocamos ideias sobre temas jurídicos em geral e fiquei bem impressionado com sua perspicácia na análise jurídica e sua visão global sobre os problemas brasileiros, envolvendo finanças públicas, direito e economia.

Passado algum tempo, surge Renato como candidato à vaga de doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, buscando minha orientação. Aceitei o encargo e o orientei na elaboração da Tese que foi aprovada em novembro de 2024 por banca que presidi, tendo sido arguido pelos professores Heleno Taveira Torres (USP), Onofre Batista (UFMG), Élide Graziane Pinto (FGV), Bruno Dantas (TCU e UERJ) e Marina Michel Martynychen (UniBrasil). Pleno êxito, com recomendação de publicação.

Em janeiro de 2025, Renato apresentou este texto a um concurso realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tendo-o vencido e o trabalho sido considerado como a melhor tese de doutorado sobre o tema “Controle de Resultados na Administração Pública”.

É este texto que agora chega às suas mãos sob a forma de livro.

Dentre os vários assuntos abordados, trata de políticas públicas como um meio de implementação das finalidades constitucionais, o papel dos Tribunais de Contas na efetividade desses direitos consagrados, e

adentra na tormentosa e importante atuação desses Tribunais no controle da atividade de implantação e desenvolvimento da infraestrutura brasileira. Nesse ponto, analisa a questão do financiamento e do controle externo das atividades voltadas à infraestrutura, envolvendo aspectos de licitações de obras públicas e as diversas modalidades de parcerias administrativas, como as concessões e as PPPs. A jurisprudência administrativa e judicial que foi analisada pertinente ao tema é amplíssima e constitui-se em um dos aspectos de mais destaque no texto. Não ficou de lado a análise da atuação em prol da consensualidade pelos Tribunais de Contas, implementada durante a recente presidência de Bruno Dantas.

O ponto final do texto apresenta uma proposta de controle externo que funcione como um instrumento para o encadeamento e o fortalecimento do sistema de planejamento da ação governamental por meio de políticas públicas, reforçando o sistema de PPA – Planos Plurianuais e de LDO - Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais. Trata-se da propositura de um circuito dialogal entre instituições, que permita que o sistema de planejamento, a cargo do Poder Executivo e do Poder Legislativo saia enriquecido em razão das diversas decisões do controle externo, reduzindo a litigiosidade nos Tribunais de Contas e no Poder Judiciário.

O texto é rico e traz vasto material para consulta e para meditação, em face das propostas que contém, tornando-se interessante para leitores iniciantes na matéria e para iniciados e experientes profissionais, que terão muito a discutir em face das conclusões apresentadas. Sendo assim, estudantes e estudiosos de direito financeiro e de direito administrativo são o público-alvo deste livro.

Recomendo a você, leitor ou leitora, que aproveite o livro, pois há muito o que nele aprender.

FERNANDO FACURY SCAFF

Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo

A civ
de transfor
nesse diálogo
políticas púb
Ramalho.

Mais
cartografia
como con
de um Est
grandiosida

Frute
São Paulo e
Francisco, a
analítico e
Scaff, cuja
conduziu s
excelência a
intelectual.

Tive
examinador
para invest
infraestrutu
política. Su
aperfeiçoan
controle ex
que o Estad

No p
infraestrutu
da desconti